

ano 2 - n. 02 | janeiro/junho - 2018
Belo Horizonte | p. 1-280 | ISSN 2594-8393
Revista Fórum de Direito na Economia Digital – RFDED

Revista Fórum de Direito na Economia Digital

RFDED

Sumário

DOCTRINA

ARTIGOS

A qualificação jurídica das operações de computação em nuvem para fins de tributação

Ana Carolina Carpinetti, Gabriela Conca	9
1 Introdução	9
2 A definição de <i>cloud computing</i> e as modalidades de “serviços”	12
3 O posicionamento das autoridades fiscais e dos tribunais	15
3.1 O ICMS e a posição do fisco estadual de São Paulo	15
3.2 O ISS e a posição do município de São Paulo	19
3.3 O posicionamento das autoridades fiscais federais	21
3.4 Como o Poder Judiciário tem enfrentado a questão	23
4 Conclusão: a problemática do enquadramento jurídico das operações de <i>cloud computing</i>	25
Referências	28

Quem deve se preocupar com o Convênio nº 106/2017?

Carlos Eduardo de Arruda Navarro, João Vitor Kanufre Xavier da Silveira	31
1 Introdução	31
2 O que é <i>software</i> ?	32
2.1 <i>Cloud computing</i>	32
2.2 SaaS	33
2.3 PaaS	33
2.4 IaaS	33
3 Desafios na tributação do <i>software</i>	33
3.1 Desafios na tributação do <i>software</i> no Brasil	35
3.2 A incidência do ISS sobre as operações que envolvem <i>software</i>	36
3.3 A incidência do ICMS sobre as operações que envolvem <i>software</i>	38
3.3.1 O critério da corporeidade da mercadoria como limitador (ou não) da incidência do ICMS	42
3.3.2 O critério negocial como limitador (ou não) da incidência do ICMS	45
3.4 A nossa opinião a respeito da tributação do <i>software</i>	46
4 As regras do Convênio nº 106/2017, acerca da responsabilidade tributária	49
4.1 Aquele que realiza a oferta do bem ou mercadoria digital ao consumidor	50
4.2 Aquele que realiza a venda do bem ou mercadoria digital ao consumidor	50
4.3 Aquele que realiza a entrega do bem digital, por meio de transferência de dados, em razão de contrato firmado com o comercializador	51
4.4 O intermediador financeiro e a administradora de cartão de crédito ou débito	52
4.5 O adquirente na hipótese de o contribuinte ou os responsáveis descritos nos incisos anteriores não serem inscritos na unidade federada de que trata a cláusula quarta	53
5 Conclusão	53
Referências	54

Apontamentos sobre a tributação da impressão em 3D

Daniela Silveira Lara, Francine Cassia Bento Fernandes	57	
1	Introdução	57
2	Aspectos gerais sobre a atividade impressão em 3D e qualificação jurídica das operações	59
2.1	Qualificação jurídica das operações com impressoras 3D	65
3	Efeitos tributários das operações analisadas	68
3.1	Interpretação da legislação tributária	69
3.2	Efeitos tributários das operações selecionadas de impressão em 3D	73
4	Conclusão	80
	Referências	82

Developments Regarding Privacy & Data Protection in Argentina

Diego Fernández	83	
1	Data Protection in Argentina	83
1.1	General	83
1.2	Protection of data	84
1.3	Registration	85
1.4	Data Retention	85
1.5	Security and Confidentiality	85
1.6	Consent	86
1.7	Sensitive data	86
1.8	Assignment of personal data	87
1.9	International data transfer	87
1.10	Rights of the data subject	88
1.11	Sanctions and fines	88
2	Argentine Data Protection Authority Regulations	90
3	The Draft Bill	92
4	Data Localization	96
5	Conclusion	97
	References	97

Controle de condutas pelo CADE no setor de telecomunicações e internet: os primeiros anos de aplicação da Lei nº 12.529/11 e os novos desafios

Enrico S. Romanielo, Guilherme Favaro Corvo Ribas, Tomás Filipe S. B. R. Paiva, Vinicius da Silva Ribeiro	99	
1	Introdução	100
2	Impacto da reforma no setor de telecomunicações	100
3	Análise dos casos de destaque selecionados pelos autores	103
4	Conclusões	114
	Referências	117

Documento eletrônico como meio de prova

João Luiz Frossard Pestana da Silva	119	
	Introdução	119
1	A prova e sua valoração	120
2	A prova documental	121
3	Documento eletrônico, documento digital e documento digitalizado	123
4	Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira	125
5	Certificado digital	127

6	Assinatura eletrônica e assinatura digital	128
7	Criptologia	129
8	Assinatura digital no âmbito da ICP-Brasil	131
9	Regime jurídico do documento eletrônico	135
10	Conclusão	137
	Referências	138

SOPA, PIPA e ACTA: o que nos revelam sobre os desafios enfrentados na proteção e aplicação dos direitos de propriedade industrial?

Joyce Ruiz Rodrigues Alves	141	
1	Introdução	141
2	Considerações sobre o SOPA	142
2.1	Competência extraterritorial	143
2.2	Práticas passíveis de punição pelo SOPA	143
2.3	Mecanismos de prevenção e combate das condutas infrativas	144
2.4	Principais críticas feitas ao SOPA	147
3	Considerações sobre o PIPA	148
3.1	Competência extraterritorial	148
3.2	Práticas passíveis de punição pelo PIPA	148
3.3	Mecanismos de prevenção e combate das condutas infrativas	149
3.4	Comparação entre o SOPA e o PIPA	149
4	Acordo Comercial Anticontrafação (ACTA)	150
4.1	Fase de negociação	150
4.2	Noções Gerais das disposições do ACTA	151
4.3	Principais críticas feitas ao ACTA	153
5	Considerações finais	154
	Referências	155

Documento eletrônico como título executivo extrajudicial

Marina Cavalcante Tavares Calabuig	157	
	Introdução	157
1	Documento eletrônico	158
2	Certificação digital	161
3	Documento eletrônico como título executivo extrajudicial	165
	Conclusão	172
	Referências	173

Considerações jurisprudenciais sobre contratos eletrônicos

Patricia Nakahara, Juliana Calçada Monteiro, Juliana Kolonko Ferrara Freitas	175	
	Introdução	175
1	Contratos eletrônicos: conceito e características	176
1.1	Princípios dos contratos eletrônicos	179
1.2	O papel da boa-fé objetiva nas contratações eletrônicas	181
1.3	Existência, validade e eficácia dos contratos eletrônicos	183
1.3.1	Princípio da liberdade da forma	183
2	Classificação dos contratos eletrônicos	187
3	Formação dos contratos eletrônicos	191
4	Medida Provisória nº 2.200-02, de 28 de junho de 2001	199
5	Valor probatório dos documentos eletrônicos	201
	Considerações finais	207
	Referências	208

Investimento participativo por meio da internet: *equity crowdfunding*

Paulo M. R. Brancher, Rodrigo dos Santos Peres Fernandes	211
1 Introdução	211
2 Conceito, agentes envolvidos e modalidades de <i>crowdfunding</i>	215
3 Investimento participativo pela internet	221
4 Regulação do <i>equity crowdfunding</i>	232
5 Conclusão	242
Referências	243

COMENTÁRIOS À JURISPRUDÊNCIA

Liberdade de expressão e o fim do programa *A Voz do Brasil*

Walter Vieira Ceneviva, Izabel Cristina Pinheiro Cardoso Pantaleão Ferreira	251
1 Introdução	251
2 Julgados do STF declaram recepção da Lei nº 4.117/62 e constitucionalidade de <i>A Voz do Brasil</i> , a partir da ADI nº 561	253
3 O STF não julgou a ADI nº 561 e esta não trata da Lei nº 4.117/62	253
3.1 O objeto da ADI nº 561	253
3.2 Significado jurídico de “não conhecer” a ADI nº 561	254
3.3 Em que se constitui o precedente da ADI nº 561	256
4 O STF não afirmou que a Lei nº 4.117/62 foi recebida pela Constituição de 1988, na ADI nº 561	258
5 A Lei nº 4.117/62 não foi recebida pela Constituição de 1988, no que toca à radiodifusão	260
5.1 Que diz a Constituição de 1988	260
6 Cotejo analítico da Lei da Radiodifusão (Lei nº 4.117/62) e da Constituição	261
6.1 Poder de outorgar concessões e permissões	261
6.2 Poder de renovar concessões e permissões	262
6.3 Poder e processo para cassar concessões e permissões	263
6.4 Propaganda partidária	264
6.5 <i>A Voz do Brasil</i>	264
6.6 Criminalização da liberdade de expressão	265
6.7 Poder de suspender emissoras	267
6.8 Supressão do direito de defesa	269
6.9 A Lei nº 4.117/62, enquanto Lei da Radiodifusão, não está recebida pela CF/1988	270
7 O STF reconhece sólidas barreiras, contra o Estado (Legislativo, Executivo e Judiciário), em benefício da liberdade de expressão	270
8 O STF, que assinou acórdãos em ADPF, ADI e em decisões difusas de controle de constitucionalidade, não subscreveria decisões quaisquer a favor de <i>A Voz do Brasil</i>	274
9 O STF vai afirmar que <i>A Voz do Brasil</i> não é obrigatória	275
10 O Congresso Nacional flexibilizou o horário de exibição de <i>A Voz do Brasil</i>	276
11 Conclusão	276
Referência	277
Instruções para os autores	279